



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FRANCINEIDE BENÍCIO DA SILVA

O INTÉRPRETE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO: REFLEXÕES SOBRE
A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALAS INCLUSIVAS DO ENSINO SUPERIOR

CAJAZEIRAS
2018

FRANCINEIDE BENÍCIO DA SILVA

O INTÉRPRETE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO: REFLEXÕES SOBRE
A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALAS INCLUSIVAS DO ENSINO SUPERIOR

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Orientadora: Prof^ª. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

CAJAZEIRAS
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

S586i Silva, Francineide Benício da.
O intérprete educacional na educação do surdo: reflexões sobre a mediação linguística em salas inclusivas do ensino superior / Francineide Benício da Silva. - Cajazeiras, 2018.
56f.: il.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa.
Monografia(Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2018.

1. Educação Inclusiva. 2. Intérprete. 3. Libras. 4. Ensino Superior. I. Corrêa, Adriana Moreira de Souza. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

FRANCINEIDE BENÍCIO DA SILVA

**O INTÉRPRETE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO: REFLEXÕES
SOBRE A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALAS INCLUSIVAS DO ENSINO
SUPERIOR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Graduação em Pedagogia, Licenciatura.

Orientadora: Prof^a. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa

Aprovado em: 16 / 07 / 2018.

BANCA EXAMINADORA

Adriana M. S. Corrêa
Prof^a. Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa – UAL/CFP/UFCG
Orientadora

Nozângela Maria Rolim Dantas
Prof^a. Dr. Nozângela Maria Rolim Dantas – UAE/CFP/UFCG
Examinador (a) Titular

Edilson Leite da Silva
Prof^o. Me. Edilson Leite da Silva – UACEN/CFP/UFCG
Examinador (a) Titular

A Deus

A minha Mãe, Maria Lourdes Santos da Silva,
Ao meu Namorado Júlio César Formiga
Braga, que muito me incentivaram na
realização e conclusão deste curso. A eles,
dedico todo meu amor, respeito em acreditar
nos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter proporcionado essa conquista que é a conclusão do curso. Foi uma vitória árdua, ultrapassar todos os obstáculos durante esses cinco anos de curso. Agradeço também a Nossa Senhora de Fátima, por sempre interceder por mim, amparando-me e orientando-me a sempre aumentar a minha fé diante das dificuldades que surgiram ao longo do trajeto.

Agradeço, por essa vitória, a minha mãe Maria de Lourdes Santos da Silva, que sempre foi uma mulher guerreira.

Ao meu namorado, Júlio César Formiga Braga, eu sou agradecida pelas palavras de incentivo e por sempre acreditar na minha capacidade de realizar esse sonho que é a conclusão do ensino superior.

As minhas irmãs Francilene Benício da Silva, Francinalda Benício da Silva, Francileide Benício da Silva, pelo incentivo e por vocês fazerem parte dessa vitória, desse momento tão especial.

Ao meu irmão Fransuelio Benício da Silva que sempre que precisei de sua ajuda esteve disposto a me auxiliar.

A minha Orientadora, Prof.^a Especialista Adriana Moreira de Souza Corrêa, pela paciência e apoio na construção deste TCC.

As minhas amigas e meus amigos de sala principalmente a Eridyane, Clênia, Jaquelyne e Geferson, e Dayanne pelos momentos de convivência. Nunca se esquecerei de vocês, pois vocês significam muito para mim. Vocês me ajudaram a acreditar que juntos somos capazes de conquistar o que desejamos.

As minhas amigas Francisca de Freitas Dantas Braga (Nubia), Francisca Abreu (Tica), Janailza de Souza Vieira (Jana), Jeovânia Dantas de Almeida, pela a motivação e por nunca deixarem de acreditar na minha capacidade de vencer essa luta que não foi fácil.

A todos os professores do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, pelo o aprendizado.

A todos os profissionais Intérpretes das instituições IFPB e UFCG, que contribuíram com a minha pesquisa, obrigada a todos pela contribuição.

A todos que fizeram parte da pesquisa.

E a todos que de uma forma ou de outro me ajudaram na construção deste TCC.

E todos os professores que fizeram parte da banca examinadora do TCC.

A todos meu muito obrigada!

“Vire a página. Dê um ponto final nas coisas que te fazem mal. A vida é um círculo, não um quadrado. Tenha pressa de ser feliz, por que nós não sabemos quanto tempo nos resta.”

(Padre Fábio de Melo)

RESUMO

O presente trabalho investigou a atuação do intérprete educacional na educação dos surdos, em duas instituições de Ensino Superior da cidade de Cajazeiras-PB: a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, e no Instituto Federal da Paraíba – IFPB. Por meio da abordagem qualitativa, buscamos entender o trabalho desenvolvido pelo profissional Intérprete Educacional da Língua Brasileira de Sinais e o seu papel no processo de aprendizagem dos alunos surdos, visando conhecer as barreiras enfrentadas por ele para desenvolver seu trabalho em classes inclusivas do ensino Superior. O trabalho foi realizado a partir de aplicação de um questionário contendo questões abertas e fechadas os dados obtidos mediante a resposta dos sujeitos expressaram as suas interpretações, de forma individual, a respeito do objeto em estudo. Como resultados pudemos compreender que os participantes precisam estar engajados nos planejamentos das atividades didáticas, de maneira ativa; dispor de conhecimentos prévios sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula, para que assim consigam superar essa dificuldade que ainda se apresentam no ambiente escolar. A partir dos dados identificamos também que os Intérpretes Educacionais da Libras necessitam compreender o seu papel diante do processo de educação das pessoas surdas, devem buscar a formação continuada constantemente, pois o aprimoramento e o comprometimento com a prática na profissão é determinada muitas vezes da preparação para o exercício da profissão e, conseqüentemente, para superação das dificuldades que surgem ao longo do caminho.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Intérprete. Libras. Ensino Superior.

ABSTRACT

This work investigated the performance of educational interpreters in the process of teaching deaf students, in two institutions of Higher Education in the city of Cajazeiras-PB, namely: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, and Instituto Federal da Paraíba - IFPB. Through a qualitative approach, we seek to understand the work developed by professional interpreters of Língua Brasileira de Sinais (Libras) (Brazilian Sign Language) and their role in the learning process of deaf students, aiming to know the barriers faced by them to develop their work in inclusive classes of Higher Education. The work was carried out by the application of a questionnaire containing open and closed questions. The data was obtained in the responses of the subjects that expressed their interpretations individually regarding the object under study. As results, we could understand that the participants need to be engaged in the planning of the didactic activities, in an active way; have prior knowledge about the contents to be worked in the classroom, so that they can overcome this difficulty still present in the school environment. From the data we also identify that Libras Educational Interpreters need to understand their role in the process of education of deaf people, they should seek continuous training constantly, as the improvement and commitment to a profession is often determined by the preparation for the exercise of this profession and, consequently, for overcoming the difficulties that arise along the way.

Keywords: Inclusive Education. Interpreter. Libras. Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Alfabeto manual em Libras.....	19
Figura 2 - Texto introdutório e perguntas sobre a formação do intérprete.....	30
Figura 3 - Questões referentes ao ato de interpretar.....	31
Figura 4 - Formação dos Intérpretes de Libras IES de Cajazeiras.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Tempo de atuação como Intérprete Educacional da Libras.....	36
Quadro 2 -	Compreensão sobre o processo de interpretação.....	37
Quadro 3-	Dificuldades relatadas pelos Intérpretes no momento de interpretação.....	38
Quadro 4-	Papel do Profissional Intérprete.....	39
Quadro 5 -	Limites de atuação do Intérprete Educacional.....	40
Quadro 6 -	Dificuldades e barreiras encontradas pelo Intérprete Educacional.....	42
Quadro 7 -	Aprendizagem do aluno Surdo.....	43
Quadro 8 -	Contribuição no processo de socialização e de aprendizagem do aluno Surdo.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRATES	Associação Brasileira de Tradutores e Intérpretes
AC	Análise de conteúdo
AEE	Atendimento Educacional Especializado
ASDEF	Associação de Deficientes e Familiares
CFP	Centro de Formação de Professores
IE	Intérprete Educacional
IES	Instituições de Ensino Superior
ILS	Intérprete da Língua de Sinais
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
MEC	Ministério da Educação
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
IFPB	Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia da Paraíba
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa.
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HISTÓRIA DO INTÉRPRETE DA LIBRAS E LEGISLAÇÃO APLICADA À ÁREA	16
2.1 O PAPEL DA INTERPRETAÇÃO PARA A COMUNIDADE SURDA ÁREAS DE ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE.....	18
3 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL	22
4 METODOLOGIA	25
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	26
4.1.1. Quanto aos procedimentos de coleta de dados	26
4.2 <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA.....	27
4.3. OS SUJEITOS DA PESQUISA	29
4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS DOS SUJEITOS PESQUISADOS	29
4.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS	32
5 ANÁLISES DOS DADOS	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
APÊNDICE A – TCLE.....	
ANEXO	
ANEXO A - TERMO DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.	

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa o intérprete educacional na educação do surdo, apresentando como foco refletir sobre a mediação linguística realizada por este profissional nas classes inclusivas no Ensino Superior. O principal objetivo deste trabalho é compreender os fatores que se apresentam como barreiras para a atuação do intérprete educacional, que trabalha com a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais - Libras, no processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos nas classes inclusivas do Ensino Superior. Desta forma, buscaremos responder a seguinte questão: quais as dificuldades encontradas pelos intérpretes para realizar a função de mediar a comunicação entre surdos e ouvintes no nível superior?

Traçamos como objetivos específicos: delinear a formação do intérprete educacional da Libras que atuam em instituições de ensino superior; analisar o papel do intérprete de Libras nas classes inclusivas do ensino superior para o processo de aprendizagem dos alunos surdos; identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais para realizarem as funções inerentes ao cargo.

Para discutir a questão, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica e a aplicação do questionário com questões abertas e fechadas, como procedimento de coleta de dados. O aporte teórico que embasa a pesquisa em tela está pautado nas pesquisas de Albres (2015); Valentini (2012); Lacerda (2011); Lacerda (2008); Rosa (2008); Quadros (2004); Roy (2000); e outros e, no que se refere aos autores que dialogaremos na construção da metodologia destacamos: Oliveira (2008); Gil (1999); Clarck e Castro (2003); Fonseca (2002); Martins (2001); Bardin (1979).

A motivação para a escolha dessa temática está relacionada ao estudo e à observação ocorridos durante a disciplina de Libras, sendo esta ofertada para o curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores - CFP, da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, *campus* de Cajazeiras/PB, ou seja, em um dos locais que realizamos a pesquisa. Na ocasião, a docente apresentou e discutiu um vídeo que retratava as experiências de aprendizagem das crianças surdas em escolas inclusivas, as quais apresentavam os serviços e os profissionais de apoio que devem estar presentes no processo de ensino-aprendizagem desses educandos contribuindo para assegurar o acesso dos surdos ao conhecimento. Neste vídeo, os pesquisadores que relatavam a experiência de inclusão do surdo, ressaltaram a necessidade deste aluno receber o Atendimento Educacional Especializado - AEE, bem como

discutiram a indispensabilidade dos serviços de mediação linguística ofertado pelos intérpretes educacionais nas escolas inclusivas.

A partir deste relato, surgiu o interesse em aprofundar os estudos sobre a atuação deste profissional quando trabalha no nível superior de ensino. Deste modo, o estudo apresenta relevância acadêmica e social, contribuindo como material teórico-metodológico para discutir sobre a atuação dos intérpretes em classes inclusivas na educação do ensino superior.

Consideramos o tema relevante por se tratar de uma investigação pioneira na região, na qual, tem como objetivo investigar características que se refletem no processo educacional no âmbito do Ensino Superior, público, de Cajazeiras.

Rosa (2008) define o Intérprete da Língua de Sinais - ILS como o profissional que tem competência e fluência em língua de sinais para realizar interpretação simultânea e consecutiva entre uma língua de sinais e uma língua oral. Para a autora, como a língua de sinais é uma língua de modalidade visual-gestual, o ato interpretativo ocorre, necessariamente, na presença física do intérprete, que utiliza para isso a voz ou a sinalização.

Destacamos que o profissional intérprete não substitui o professor na sua função de ser mediador entre alunos e conhecimentos. É responsabilidade do profissional docente buscar elaborar estratégias didáticas e pedagógicas para possibilite o ensino e a aprendizagem do discente usuário da Língua de Sinais e, para isso, é necessário o professor se aproximar do aluno surdo, buscando conhecê-lo, para que assim possa ajudá-lo a compreender os conteúdos trabalhados na disciplina, como também a relacionar-se com os seus colegas.

Neste processo, o intérprete vivencia algumas dificuldades para a realização do seu trabalho e estas devem ser conhecidas e minimizadas para que o surdo se beneficie não só do serviço ofertado por este profissional, como também obtenha uma formação sólida na sua graduação.

A relevância desta temática implica em estudos envolvendo o sertão Paraibano. Sendo que o estudo deste tema esta relacionado à necessidade de ampliação no Ensino Superior.

A pesquisa encontra-se dividida em 5 capítulos organizados da seguinte forma: no capítulo 1 está disposta a Introdução. No capítulo 2 encontra-se o referencial teórico, intitulado: a História do intérprete da Libras e legislação aplicada à área.

O capítulo 3 denominado, O intérprete educacional, abordaremos quais as atividades compete a esse profissional em sala de aula. O capítulo 4 relata o processo metodológico utilizado para a realização da pesquisa. Nesta seção, serão detalhadas as características deste Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, tais como o modelo de pesquisa e a técnica de coleta

de dados. O capítulo 5 refere-se às análises dos dados, onde foram relatados os resultados encontrados na pesquisa com os devidos posicionamentos.

2 HISTÓRIA DO INTÉRPRETE DA LIBRAS E LEGISLAÇÃO APLICADA À ÁREA

A educação da comunidade surda brasileira inicia-se com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos, no ano de 1857, na antiga capital do país: o Rio de Janeiro. Esse instituto destaca-se por ser o primeiro espaço público de aprendizagem para atender a alunos surdos vindos de todos os estados do Brasil, no regime de internato. Neste período, a comunidade surda já existia, o que não havia era uma escola especializada para atendê-los. Atualmente, esta instituição ainda contribui para o processo educacional do surdo e funciona sob o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. (LEITE, 2005).

A presença de um intérprete, na mediação entre surdos e ouvintes desta instituição, surgiu no século XIX, a partir de uma solicitação oficial, pelo órgão judicial, para a atuação no INES (LEITE, 2005). Desde então, o ILS, ao longo de muitas lutas, vem conseguindo delimitar o seu espaço nas instituições, conquistando seu reconhecimento como profissional, e não mais sendo visto apenas como uma pessoa despreparada ou voluntária.

Lacerda (2008) relata a luta da Associação Brasileira de Tradutores, a ABRATES, pela regulamentação da profissão de tradutor intérprete com o projeto de lei que tramitou no Congresso Nacional, sob a portaria 3.264, de setembro de 1988. Apenas 22 anos depois foi aprovada a Lei da regulamentação da profissão de tradutor intérprete de Libras.

Esta luta ganhou força com a aprovação das seguintes legislações: a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Libras como uma língua utilizada pela comunidade surda brasileira; o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei da Libras, e principalmente com Lei 12.319, em 1º de setembro de 2010, que determina o exercício da profissão do ILS.

Conforme está disposto na última legislação citada, no Art. 2º, as atribuições do tradutor intérprete limitam-se à interpretação da Libras e da Língua Portuguesa – LP, o que remete a concepção de uma proposta exclusivamente técnica sobre a atuação desse profissional em sala de aula.

Para exercer esta atividade, o espaço de formação e certificação do ILS, de acordo com o Art. 17, desta mesma lei afirma:

deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, sendo que esse profissional deve participar sempre de formação continuadas promovidas por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. (BRASIL, 2010).

Contudo, destacamos que o intérprete educacional deve manter-se sempre em formação continuada, ou seja, atualizando-se para que possa realizar uma interpretação de qualidade nas atividades pedagógicas propostas nas diferentes disciplinas, pois existem muitos termos específicos que requer estudos aprofundados, para que assim esteja realizando um excelente trabalho.

2.1 O PAPEL DA INTERPRETAÇÃO PARA A COMUNIDADE SURDA: ÁREAS DE ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE

Frishberg (1999 apud LEITE, 2005), argumenta que os termos tradução e interpretação podem ser considerados como sinônimos um do outro. Segundo a pesquisadora, o termo tradução pode ser usado em sentido amplo para mencionar a troca de mensagens de uma língua a outra, sendo que a forma dessa língua pode ser escrita, oral ou sinalizada, podendo ter formas escritas ou não. Em um sentido restrito, técnico, o termo tradução relaciona-se com o processo de trocas de mensagem escrita de uma língua para a outra, enquanto que a interpretação refere-se a um processo de troca imediata de mensagens produzidas de uma língua para a outra. Essas línguas podem ser escritas, orais ou sinalizadas, mas com uma característica distinta em relação ao discurso: a transmissão imediata e ao vivo.

A interpretação também é caracterizada como um processo tradutório, pois passa de uma língua para a outra, uma vez que com base nesse pressuposto a referida é realizada com sujeitos ouvintes e surdos. Por esse fato que, segundo Quadros (2004, p. 27) o intérprete tem que “dominar a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função”.

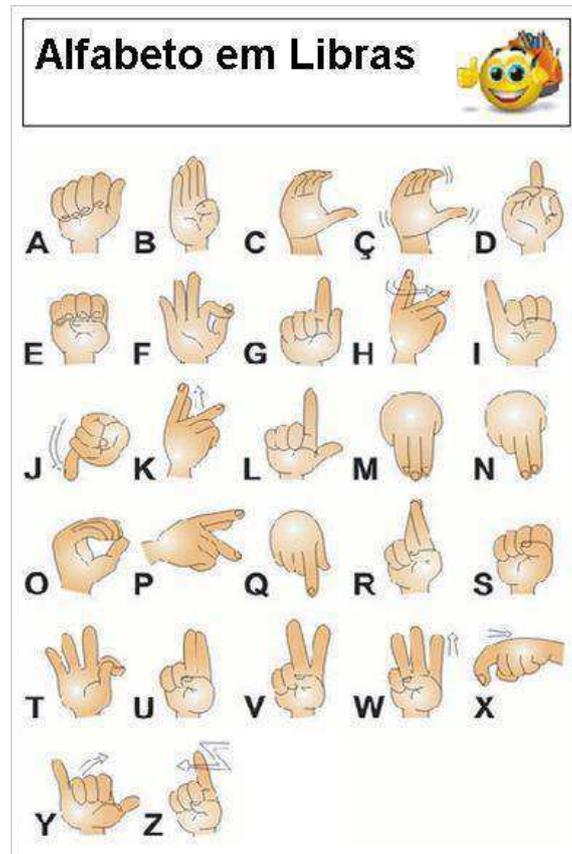
Roy (2000 apud LEITE, 2005, p. 51), afirma que a interpretação é um:

ato comunicativo, linguístico e social e o papel do intérprete nesse processo está no enjagar – se inteiramente, no conhecimento e compreensão do todo dessa situação comunicativa, inclusiva em relação à fluência nas línguas, competências e uso apropriado de cada língua e o manejo do fluxo cultural que atravessa a fala.

Dessa forma, podemos dizer a interpretação é essencial para acontecer a compreensão entre surdos e ouvintes. Contudo, a interpretação não pode ser confundida com a transliteração, que corresponde à troca de letras usadas na escrita do vocabulário no seu alfabeto original, pelas letras que lhes correspondem num alfabeto diferente, (geralmente usado em outra língua). Isso ocorre com o uso do alfabeto manual na Libras, que é a

identificação de letras do alfabeto por formas assumidas pela mão (PEREIRA et al., 2013) como veremos na figura 1:

Figura 1 - Alfabeto manual de Libras



Fonte: <https://semeandoluz.wordpress.com/palavra-de-educador-para-educador/alfabeto-libras/> acesso em 27 de maio de 2018.

Apesar do uso do alfabeto de sinais auxiliar os alunos surdos a desenvolverem a escrita, ele não pode substituir a interpretação, tendo em vista que é utilizado em contextos específicos, tais como: nomes de pessoas, locais, marcas, etc (COUTINHO, 2015).

O profissional ILS deve fazer com que o aluno vivencie o ambiente escolar, de modo satisfatório e adequado, por esta razão, a confiança entre professor e o intérprete é indispensável para o bom andamento do trabalho. Por isso, é necessária a proximidade entre ambos, para que venha possibilitar reflexões sobre as práticas educacionais planejadas pelo discente e mediadas, linguisticamente, pelo ILS, com o propósito de que, este último, possa interpretar de maneira clara e objetiva e, assim, estes profissionais possam fazer um trabalho significativo.

Segundo Rosa (2005) nessa perspectiva, o ILS deve optar em realizar uma tradução literal que consiste em explicar palavras de modo que a mensagem se mantém fidedigna ao texto trabalhado. Além disso, precisa manter-se neutro durante o ato interpretativo, ou seja, não acrescentar, retirar, manipular informações ou expressar, de qualquer forma, anuência ou despreço sobre o que está sendo expresso. Então, desse modo, compreendemos que cabe ao intérprete da Libras apenas realizar a tradução dos conteúdos sem fazer interferências no trabalho do professor regente.

Para Theodor:

A tradução não consiste, portanto, simplesmente na transferência de um código monossistemático para outro do mesmo tipo, mas de um processo de procura de equivalência entre desvios, por vezes extremamente complicados, desses códigos, que vêm a ser polissistemáticos. Daí dizer-se que o tradutor jamais é apenas bilíngue. Tem de ser plurilíngue para poder levar a cabo a sua tarefa e dominar as várias modalidades de expressões, a ponto de permitir-se malabarismos, muitas vezes indispensáveis no exercício de sua profissão. (THEODOR, 1976 apud ROSA, 2005, p. 74).

O autor apresenta ainda que a Libras, não é composta apenas por palavras e sinais dicionarizados, mas sendo um ato interpretativo, o intérprete deve conhecer as expressões construídas socialmente, a ponto de possibilitar o domínio de suas atividades e modalidades, contribuindo de forma significativa para aprendizagem dos alunos surdos.

Mediante a isso, o ILS deve ser inserido no contexto educativo com a finalidade de fazer valer o direito do aluno surdo no que diz respeito à aprendizagem do uso da língua de sinais, para que assim possam se comunicar com pessoas surdas e ouvintes e dessa forma, elas consigam obterem conhecimento das diversas culturas.

Conforme Andrea Silva Rosa:

O tradutor não deve traduzir palavra a palavra; nem pode utilizar o texto de partida como um tema sobre o qual improvisa livremente. O ato tradutório só acontece a partir de uma mensagem que compreendida pelo leitor/tradutor a transforma em nova mensagem compreensível ao leitor da língua de chegada (ROSA, 2005, p.66).

Desse modo, o ILS precisa estar atento aos conteúdos trabalhados para que possa encontrar a melhor maneira para transmitir os conteúdos e possibilitar a participação dos alunos surdos. Por esse motivo, os referidos profissionais devem estar sempre aprimorando seus conhecimentos e buscando as melhores estratégias e construções sintáticas mais

adequadas de modo que facilite o entendimento dos alunos surdos, mesmo sabendo que se trata de uma tarefa árdua e difícil.

Na visão de Rónai (1952 apud ROSA, 2005) a dificuldade da tradução reside nas palavras traduzíveis: são essas que enganam ou alimentam a ilusão de ser possível a “fidelidade” da tradução. Essa armadilha se faz presente também na tradução do Português para a língua de sinais, processo no qual o intérprete, ansioso por ser “fiel” e exato, faz traduções que mudam completamente o sentido do Português. Em vista disso, podemos dizer que os ILS devem fazer as traduções de maneira fidedigna, de modo que passem as informações de forma precisa para os alunos surdos.

Ainda segundo Rónai (1952 apud ROSA, 2005) a fidelidade do tradutor não se relaciona somente à língua de partida, mas com as duas línguas envolvidas no ato interpretativo, ou seja, a língua de partida e a língua de chegada.

Conforme apresenta a autora, o compromisso de fidelidade requerer do tradutor a busca de um equilíbrio entre a alteridade e identidade com o original. A alteridade implica no sentido de uma pessoa se colocar no lugar do outro, na valorização das diferenças e a identidade consiste em um conjunto de características exclusivas e próprias de uma pessoa com o original. Esse compromisso não se restringiria somente na relação texto original/tradutor, mas existiria a preocupação de ser fiel às expectativas e às necessidades do leitor pretendido.

3 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL

A atuação do intérprete educacional surge a partir da necessidade em garantir às pessoas surdas o direito de socialização e à comunicação no contexto escolar, sendo assim, cabe a este profissional, interpretar uma determinada língua de sinais para outra língua. Para isso, o intérprete é caracterizado como um profissional que deve manter-se sempre disposto a buscar novos conhecimentos, para assim, desenvolver um trabalho satisfatório para as pessoas que necessitam do seu serviço de mediação linguística entre os surdos e as pessoas que fazem parte do seu contexto social.

Segundo Quadros (2004), o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais no âmbito da educação. Trata-se de um especialista, para atuar na área da educação e, por isso, deverá intermediar relações entre professores e os alunos, como também colegas ouvintes com os surdos. Desse modo, ser intérprete requer uma atividade que vai além do ato interpretativo entre línguas, envolvendo um elo de parceria e companheirismo, para que aconteça uma aprendizagem significativa.

Martins (2006 apud VALENTINI, 2012) o intérprete tem como função perceber as dificuldades de compreensão das informações na língua para a qual se traduz e encontrar caminhos estratégicos que facilitem a compreensão do que foi apresentado. Ele deve ser uma ponte entre o professor, o conhecimento e o aluno surdo, visando amenizar a diferença linguística na interação comunicativa.

A autora enfatiza que existem dificuldades que interferem na atuação do intérprete acadêmico, tais como: necessidade de aprofundamento teórico nas diferentes áreas de estudo; familiarização com a linguagem utilizada em cada situação e necessidade de experiência educacional.

Compreendemos que o profissional intérprete possui um papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento e da aprendizagem do aluno surdo, desta forma, o ILS deve ser uma pessoa que, além de ser fluente na língua de sinais, deve estar capacitado para desenvolver diversos trabalhos em todas as áreas de ensino, assim, o intérprete teria competência para ressignificar na língua de chegada os conteúdos pedagógicos, possuindo a responsabilidade pela informação tanto quanto a professora regente da sala. (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Mediante o que coloca os autores, os intérpretes devem esclarecer aos professores e aos alunos a sua função mesmo que com o passar do tempo à referida função que lhe compete seja ampliada.

Para Damázio (2007, p.16 apud SILVA E OLIVEIRA, 2014):

É absolutamente necessário entender que o tradutor e intérprete é apenas um mediador da comunicação e não um facilitador da aprendizagem e que esses papéis são absolutamente diferentes e precisam ser devidamente distinguidos e respeitados nas escolas de nível básico e superior.

Não podemos dizer que a presença do ILS em sala de aula garante o aprendizado do aluno surdo, mas assegura a comunicação e o convívio de ambos (surdos e ouvintes) no ambiente da sala de aula, sendo assim, compete a esse profissional cumprir seu papel de maneira a nortear o processo educacional, de forma eficiente, para garantir aprendizagem do aluno surdo.

Entretanto, Lacerda (2008, p. 17 apud GARCIA, 2014) assinala que a presença de um intérprete de língua de sinais não define e nem assegura adequação de metodologias para a finalidade educacional aos alunos surdos, porém ressalta que o Intérprete Educacional (IE) conhece a realidade do aluno, o que ajudaria nas práticas educacionais.

Para o exercício da função, o ILS encontra alguns obstáculos que são apresentados por Quadros (2004). Para ela o intérprete educacional deve possuir um perfil voltado a mediar, e também para possibilitar superação das barreiras de comunicações existentes entre os professores e os alunos, como também entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. Todavia as responsabilidades desses profissionais não são fáceis de serem demarcadas, mas existem diversos problemas de norma ética que, muitas vezes, acabam surgindo em sala de aula em decorrência do não reconhecimento da função ILS e o seu papel de intérprete acaba sendo confundido com o papel do professor.

Diante do exposto pela autora, o intérprete também é visto como facilitador da aprendizagem, mas o seu papel nem sempre está claro para o discente nem para o docente da sala regular. Desse modo, afirmar que o planejamento da atividade educativa, deve acontecer em conjunto, entre o professor regente e o intérprete, é favorável para o desenvolvimento da aula, e isso não implica dizer que o ILS deve ser responsável pelo aprendizado do surdo. Nesse sentido, mesmo que os papéis ILS e do professor sejam confundidos pelos alunos surdos, os educadores precisam deixar clara a diferença de atuação de cada um, para que

todos possam assumir seus compromissos no processo educacional e garantir o aprendizado de toda a turma.

Quadros (2004) declara que o papel do intérprete está em processo de construção nas instituições educacionais. E isso se deve ao fato de que esta presença desse profissional ainda é recente nesta área. Apesar de esta profissão ter sido regulamentada em 2010, até o momento, é pouco conhecida no que se trata dos aspectos de como o referido profissional deve exercer sua função, sem assumir atribuições que não lhes compete.

Lacerda (2008, p. 17 apud GARCIA, 2014, p. 3-4) afirma que:

[...]é importante que este intérprete tenha preparo para atuar no espaço educacional também como educador, atento às dificuldades, mediando e favorecendo a construção dos conhecimentos. Não se trata de o IE substituir o papel do professor. O professor é responsável pelo planejamento das aulas, por decidir quais são os conteúdos adequados, pelo desenvolvimento e pela avaliação dos alunos, todavia o IE conhece bem os alunos surdos e a surdez e pode colaborar com o professor sugerindo atividades, indicando processos que foram mais complicados, trabalhando em parceria, visando a uma inclusão mais harmoniosa dos alunos surdos.

Destacamos que a autora apresenta a importância da atuação dos ILS nos planejamentos das aulas, como também a sua participação nas reuniões pedagógicas, ou seja, a sua cooperação deve se estender além das atividades desenvolvidas em sala de aula. Essa atuação tem como finalidade uma inclusão efetiva dos alunos surdos para que, desse modo, o discente aprenda melhor.

Conforme afirma a pesquisadora, o intérprete educacional embora, muitas vezes, tenha seu papel confundido com o do professor, tem responsabilidades diferentes. Enquanto o ILS é responsável pela mediação lingüística entre os alunos (surdos e ouvintes) e dos surdos com o educador, realizando a interpretação dos conteúdos desenvolvidos pelos docentes, mas compete ao professor regente da turma ensinar a todos. Apesar dos educandos verem o intérprete como um professor, essa distinção de papel deve ficar bem esclarecida no contexto da sala de aula.

4 METODOLOGIA

O conceito metodologia compreende as técnicas utilizadas para iniciar uma pesquisa de forma organizada, sendo que, para isso, é necessário o estudo dos espaços que serviram para a realização da investigação, a metodologia, precisamente, corresponde às técnicas e aos equipamentos utilizados para a realização da pesquisa. Segundo Fonseca (2002, p. 12) “[...] *métodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa investigação”.

Diante dos conceitos produzidos por diferentes autores, podemos dizer que “[...] A pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente” (CLARCK; CASTRO, 2003, p.67). Por isso, a delimitação da metodologia adequada, contribui para chegarmos a resultados mais precisos.

Mediante a problemática em estudo, que consiste em identificar quais são as dificuldades encontradas pelos intérpretes da Libras para realizar a função de mediar a comunicação entre surdos e ouvintes no nível superior, realizamos uma pesquisa de abordagem qualitativa e com objetivo exploratório. Como procedimento de coleta de dados nos pautamos na pesquisa bibliográfica e nas informações obtidas a partir da aplicação de um questionário aos intérpretes da Libras que trabalham nas Instituições de Nível Superior, da rede pública, da cidade de Cajazeiras/PB.

Pretendeu-se discutir, com esse estudo, o processo de comunicação entre surdos, ouvintes e intérpretes nas Instituições Educacionais do Ensino Superior, a fim de identificar quais são as dificuldades encontradas pelos ILS para a realização desta tarefa.

Optamos como instrumento de coleta de dados inicialmente a pesquisa bibliográfica, porque ela procura explicar e discutir um tema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos e outros. Buscamos também, conhecer e analisar conteúdos científicos sobre determinados temas (MARTINS, 2001).

Em seguida, aplicamos o questionário visando identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais para realizarem as funções inerentes ao cargo. E, na sequência, confrontamos os dados coletados na aplicação do questionário com as informações obtidas pelas pesquisas dos autores selecionados no aporte teórico deste trabalho.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Conforme destacamos, a pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa, na qual não se pretende enumerar e nem tabular dados numéricos, mas relatar e compreender as distintas realidades que é possível constatar no objeto de estudo. Em relação à pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 63) discorre que: “[...] os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados”. O autor afirma ainda que:

[...] A pesquisa qualitativa apresenta quatro principais características: ambiente natural como fonte direta de dados, e o pesquisador como instrumento fundamental; caráter descritivo; o significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida, que deve ser uma preocupação do investigador; enfoque indutivo (GODOY, 1996, p.62).

Em concordância Silvio Oliveira (1999 apud OLIVEIRA, 2008) o termo “pesquisa qualitativa” pode ser caracterizado como sendo uma tentativa de explicar, em profundidade, o significado e as características do objeto. Portanto, constitui-se a partir do resultado das informações obtidas através de entrevistas ou questões abertas, sem a mensuração quantitativa de características ou comportamento.

Quanto à natureza, classificamos como uma pesquisa de natureza básica que, “[...] objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 34).

Em relação aos objetivos, refere-se a uma pesquisa explicativa, visto que esta pesquisa preocupa-se em verificar os elementos que apontam ou colaboram com as manifestações dos acontecimentos. Para Gil (1999), a pesquisa explicativa tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, pois tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos.

4.1.1. Quanto aos procedimentos de coleta de dados

Para elucidar a questão norteadora da investigação, utilizamo-nos da pesquisa bibliográfica e da análise dos dados obtidos com a aplicação do questionário. Trataremos, por ora, da pesquisa bibliográfica, tendo em vista que discorreremos sobre o questionário em um ponto específico.

A pesquisa bibliográfica é realizada com base em referenciais teóricos já avaliados, e apresentados através de escritos e eletrônicos, como artigos científicos, livros, páginas da *web*. Para Fonseca (2002), qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto, apesar de ser interessante ressaltar que tem pesquisas que são construídas basicamente na pesquisa bibliográfica.

4.2 LÓCUS DA PESQUISA

A UFCG, *Campus* Cajazeiras, conhecido como CFP, trabalha com formação de licenciados dos cursos de Pedagogia, História, Geografia, Química, Física, Matemática, Letras (Português e Inglês) e Biologia, ofertando, também, os cursos de bacharelados em Enfermagem e Medicina. Além de atender discentes da cidade em que está situada, recebe estudantes das comunidades das cidades próximas, bem como alunos de outros estados que buscam a formação acadêmica.

Visando atender a determinação legal, a universidade utilizou-se de recursos destinados à contratação de técnicos especializados para promoção da acessibilidade das pessoas surdas. Para tanto, promoveu concurso público para provimento da vaga de profissional tradutor intérprete de linguagem de sinais (nomenclatura constante no cadastro da profissão no âmbito federal) e o processo foi regido pelo Edital nº 02/2016, publicado em 22 de março de 2016.

Neste concurso público para a contratação de profissionais para compor o quadro efetivo da instituição, foram disponibilizadas, para o referido cargo, 3 (três) vagas de ampla concorrência, 1 (uma) para candidatos com deficiência, e 1 (uma) para Negros, totalizando 5 (cinco) vagas para o referido cargo.

Para a aprovação no concurso foi exigido que, além da classificação na prova escrita, o candidato fosse aprovado na avaliação prática. A avaliação escrita teve caráter eliminatório e classificatório sendo constituída por 50 questões objetivas e subjetivas, que versavam sobre conhecimentos gerais e os específicos da profissão, e deveriam ser respondidas em até 4h. As referidas questões foram avaliadas na escala de 0 a 50, sendo eliminado do concurso, o candidato que, na prova escrita objetiva, acertasse menos de 50% do total das questões gerais e menos de 60% do total das questões na matéria conhecimentos específicos.

A prova escrita teve peso equivalente a 6 e a prova prática a 4. Desse modo, o candidato (a) precisava comprovar a conclusão no Ensino Médio e apresentar o certificado de

Proficiência em Libras, obtido através do exame PROLIBRAS, expedido pelo Ministério da Educação - MEC. Os candidato (a)s inscritos concorreram a 1 vaga de trabalho, para uma jornada de 40h semanais.

As funções inerentes ao cargo que estavam dispostas no Edital de nº 02/2016, em 22 de março de 2016, eram traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos de um idioma para outro, como também traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas para outro idioma, reproduzindo, por meio da Libras ou da modalidade oral da Língua Portuguesa, o pensamento e intenção do emissor. Além disso, precisariam realizar atividades de assessoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mediante aos critérios citados acima, os candidatos foram aprovados e classificados, contudo, a instituição citada acima, no ano de 2016, convocou apenas um intérprete para compor o quadro de funcionários da instituição. Para o *campus* Cajazeiras, a nomeação para assumir a vaga ocorreu em janeiro do ano de 2017 e, atualmente, o *campus* conta com 2 profissionais para realizar a função.

A segunda instituição pesquisada foi o IFPB, *Campus* Cajazeiras, que desenvolve trabalhos em formação de nível médio integrado, ensino profissionalizante, ensino técnico subsequente, cursos superiores de tecnologia e cursos superiores de bacharelado. Este instituto também atende a comunidade das cidades próximas e também de outros estados. Em virtude da necessidade de atender a alunos surdos, desde 2013, a referida instituição já possibilitava o atendimento em Libras mediante a terceirização do serviço dos intérpretes de Libras.

A princípio, os primeiros intérpretes foram contratados por meio de processo seletivo desenvolvido pela empresa terceirizada que trabalha em conjunto com o IFPB, cujo nome é Associação de Deficientes e Familiares – ASDEF. A relação trabalhista, realizada por esta empresa, como o próprio nome já diz, não era equivalente a um procedimento efetivo. Ao término do contrato do IFPB com esta empresa, a contratação ficou sob a responsabilidade de a empresa CLAREARCOM E SERVIÇO DE OBRA EIRELI, que manteve todos os profissionais que já atuavam no referido instituto, por meio de outro contrato, oferecendo a prestação desse serviço até os dias atuais.

Em 2016, o IFPB promoveu um concurso destinando vagas para o profissional intérprete da Libras e este processo foi orientado pelo o Edital nº 37/2016, publicado em 02 de maio deste ano. No documento citado foram apresentados os seguintes critérios para a contratação efetiva: ter concluído o Ensino Médio e apresentar o certificado de Proficiência em Libras.

O concurso previu a disponibilidade de 5 vagas para ampla concorrência, 1 para candidatos com deficiência - PcD² e 1 para Negros. Ao fim desse processo, o IFPB *campus* Cajazeiras, convocou apenas um ILS que deveria desempenhar as seguintes funções: traduzir e interpretar artigos, livros, textos diversos de um idioma para outro, como também traduzir e interpretar palavras, conversações, narrativas, palestras, atividades didático-pedagógicas em outro idioma, reproduzindo na Libras ou na modalidade oral da Língua Portuguesa o pensamento e intenção do emissor. Esses profissionais também deveriam auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e projetos de extensão.

4.3. OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa foram os 4 ILS (efetivos e contratados) que trabalham nas duas instituições do ensino superior pública, ambas da rede Federal, sendo elas, CFP/UFCG e o IFPB, localizados na Cidade de Cajazeiras – PB. Como critério para inclusão delimitação, a atuação em uma das IES apresentadas e estar em desenvolvimento das atividades no período de realização da pesquisa.

4.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS DOS SUJEITOS PESQUISADOS

De acordo com Marconi e Lakatos (1999, p. 100), o questionário é um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”, sendo assim, esse instrumental pode ser delineado como uma técnica de aquisição de informações com determinadas questões sobre o assunto pesquisado.

As autoras acrescentam que o referido é constituído por perguntas, que precisam ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador, para que, assim, possa evitar constrangimento ao investigado. Como forma de garantir o anonimato dos participantes, as pesquisadoras orientam que os sujeitos colaboradores deverão ser identificados por números.

Seguindo essas orientações, o questionário foi dividido em informações de identificação relacionadas à formação e questões sobre a prática do ILS. A seguir, apresentaremos imagens referentes ao texto introdutório e a cada uma dessas partes.

Figura 2 - Texto introdutório e perguntas sobre a formação do intérprete.

INSTRUMENTO DE COLETA – QUESTIONÁRIO

Questionário para coleta de dados com o intérprete educacional para coleta de dados sobre seu trabalho com alunos surdos que frequentam o ensino superior

Reafirmamos, conforme disposto no TCLE, que a sua identidade será mantida em sigilo e a identificação dos participantes será realizada mediante a numeração 1 a 5, inserida pela pesquisadora, de acordo com a ordem de realização do questionário, associado à instituição de trabalho.

1. Qual a sua formação para a atuação na função de Intérprete da Libras? Mais de uma opção pode ser assinalada.

Formação		Ano de conclusão
a.	Curso básico de Libras, com carga horária de _____.	
b.	Curso de formação de intérprete da Libras, com carga horária de _____.	
c.	Graduação na área de Libras. () licenciatura () bacharelado	
d.	Especialização em Libras. () tradução e interpretação () ensino	
e.	Outros:	

2. Você possui outra formação (técnica ou acadêmica) que não esteja associada (direta ou indiretamente à área da interpretação para a Libras)?
- Curso Técnico. Qual? _____
 - Graduação. Qual? _____
 - Especialização. Qual? _____
 - Outros. Qual? _____
3. Quanto tempo atua como intérprete educacional da Libras?

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Figura 3 - Questões referentes ao ato de interpretar.

4. Para você, o que significa a função de interpretar?
5. Sente ou já constatou dificuldades no ato da interpretação?
Qual (is)?
Em que circunstâncias?
Quais estratégias você utilizou para contornar/solucionar a situação?
6. Qual o papel do profissional intérprete de Libras nas classes inclusivas do ensino superior para o processo de aprendizagem dos alunos surdos?
7. Quais são os limites da atuação do intérprete educacional da Libras na classe inclusiva do ensino superior?
8. Quais são as dificuldades ou barreiras encontradas pelo intérprete educacional, que atua no nível superior, para a realização das suas funções inerentes ao cargo?
9. Você acredita que o aluno com surdez aprende o conteúdo de maneira mais fácil quando dispõe do serviço de um intérprete educacional em sala? Por quê?
10. Como o intérprete educacional pode contribuir para o processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos nas classes inclusivas?

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

O questionário, no modelo destacado anteriormente, foi entregue pessoalmente, aos intérpretes que integravam os critérios de inclusão desta pesquisa. Foi pedido que os ILS respondessem, individualmente e também assinassem o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, no qual os objetivos, o tema, os procedimentos de preenchimento do questionário, os riscos, os benefícios da pesquisa, entre outras informações, estavam apresentadas (conforme podemos observar no apêndice A).

O instrumento de coleta de dados foi respondido por cada participante, por escrito, sem interferência do pesquisador e entregue em um envelope, para que os participantes não fossem identificados. Seguindo a orientação de Marconi e Lakatos (1999), como já citado, a identificação do questionário, para efeito da pesquisa, seguiu a ordem de entrega, sendo o primeiro identificado como ILS1, o segundo como ILS2 e assim sucessivamente.

O período de distribuição e devolutiva desse instrumental aconteceu entre os meses de abril e maio do ano de 2018. Devido ao número restrito de indivíduos, observamos que alguns ILS ficaram um pouco receosos em participar da pesquisa, entretanto, após ressaltada a

condição de anonimato e a possibilidade de retirada de consentimento de inserção dos dados informados, a qualquer momento, todos contribuíram de maneira significativa aceitando colaborar com a investigação.

Os participantes responderam a um questionário contendo dez questões no total, sendo a primeira parte com apenas dois subitens de múltipla escolha, e que tratavam sobre sua formação e tempo de serviço nesta área de atuação, e a segunda parte dissertativa que abordava sobre o papel que exercem nas instituições de ensino superior em que atuam, e das dificuldades que enfrentam em sala de aula e também de suas funções como intérprete.

Para Andrade (2009) a vantagem de condução de uma pesquisa tendo como instrumento de coleta o questionário consiste na economia de tempo para a obtenção das respostas, bem como o fato que a pessoa pesquisada se sente à vontade sem a presença do pesquisador. Como desvantagens, o autor apresenta o grande número de perguntas dos questionários que voltam sem respostas; a impossibilidade de esclarecer o participante quando ele não compreende a pergunta; a devolução tardia (de alguns participantes) inviabilizando a sua utilização, e a impossibilidade de reaplicação do mesmo instrumento com esses colaboradores. Neste ponto, o questionário difere-se da entrevista que pode ser refeita ou o entrevistador pode solicitar esclarecimento sobre algum ponto que causou dúvida.

4.5 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

A técnica de análise de dados utilizada para a construção dessa pesquisa é a Análise de Conteúdos - AC, sendo que esta técnica de pesquisa é definida a partir de características metodológicas com transparências de objetivos, organização e com dedução do assunto pesquisado.

Para Bardin (1979, p. 42), a AC:

[...] representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Ainda de acordo com a autora, a análise de conteúdo começa a partir de leituras das respostas, feitas através do uso do questionário, análise de depoimentos e documentos. É por meio da realização desses procedimentos que conseguiremos relacionar os fatores que correspondem às características dessa técnica de análise e construirmos as conclusões. Neste

estudo, nos apropriaremos da técnica apresentada por Bardin (1979), para analisar os dados coletados mediante a aplicação dos questionários.

5 ANÁLISES DOS DADOS

Para a construção deste estudo foram coletados dados através da aplicação de um questionário, sendo que na primeira parte, as perguntas visavam identificar a formação do ILS educacional e a segunda tratava sobre seu processo de atuação no ambiente educacional, para tanto, produzimos perguntas dissertativas e de múltipla escolha.

Primeiramente foram examinadas as informações obtidas nas respostas entregues pelos ILS e analisadas com base em comparações com posicionamentos de autores. Para melhor visualização dos dados, compilamos as respostas no quadro 1, a partir das informações coletadas com a aplicação do questionário, sobre a formação dos profissionais entrevistados conforme veremos na figura 4 a seguir:

Figura 4 – Formação dos Intérpretes de Libras das IES de Cajazeiras

Sujeitos	Formação técnica em outra área	Graduação	Especialização	Curso básico de Libras	Outros:	Outros:
ILS 1	Téc. Saúde bucal					
ILS 2	Pedagógico	Pedagogia (Incompleto)		x		Tec. Tradução e interpretação.
ILS 3		Letras/Libras		x		
ILS 4	Administração	Pedagogia	Libras	x	Prolibras	

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Analisando os dados em conformidade com quadro, que destaca a formação dos ILS entendemos que são diversificadas e, mediante as respostas levantadas, inferimos sendo muito importante que os referidos tenham conhecimentos diferenciados, tendo em vista que podem interagir e contribuir um com o outro para ampliar as possibilidades de exercício da profissão. Essas experiências auxiliam a buscar estratégias que possibilitem a superação das dificuldades apresentadas no momento de verter as informações da Libras para a Língua Portuguesa, nos diferentes conteúdos que esses profissionais precisam realizar.

Diante do exposto vemos que todos os ILS concluíram o ensino médio e três deles cursaram o curso básico de Libras e, apenas um deles, participou da formação de intérprete de Libras.

Um dos ILS tem graduação na área de Letras Libras e outro em Pedagogia. Os demais, não concluíram a graduação. Quando questionados sobre a certificação no Programa Nacional

para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – PROLIBRAS, somente um tem o curso.

A formação exigida na Lei que rege a profissão do ILS como consta do Art. 4, para a sua atuação o referido, deve possuir o Ensino Médio completo. Mediante a isso todos os participantes seguem aos requisitos previstos nos editais que norteiam o concurso público para a contratação dos intérpretes.

Perante a grande demanda de alunos surdos que necessitam de acompanhamentos nas instituições de ensino, Santos (2006 apud ALBRES, 2015) considera que, em decorrência dos surdos participarem com maior intensidade no campo da educação, a presença de intérpretes torna-se mais visível e as políticas inclusivas voltam-se para atender o direito de inclusão das pessoas surdas.

Quase todos os ILS seguem os critérios de seleção para atuarem nas instituições, pois cumprem os Art. 6º, da Lei nº 12.319/2010, que rege a profissão dos intérpretes de Libras, conforme veremos na sequência. De acordo com o referido documento, a Formação do ILS, a partir da referida Lei que regulamenta a profissão de intérprete, afirmam quais são as atribuições do tradutor e intérprete (no exercício de suas competências):

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e
- V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010, p. 2)

Destacamos que o curso básico de Libras e o PROLIBRAS são formas de certificação diferentes. Enquanto o curso básico é o espaço para aprender Libras, o PROLIBRAS é um exame que verifica se os ILS e os instrutores de Libras estão aptos para atuar em instituições aprovadas pelo MEC.

Segundo Albres (2015):

A importância da formação específica para tradutores, como, por exemplo, o curso de Letras/Libras (bacharelado) o que vai possibilitar uma sólida

formação em aspectos que norteiam a tradução/interpretação e a construção de sentidos implicada neste processo, mas destacamos que faz importante a formação do intérprete educacional sobre as esferas de atividades escolar, sobre os gêneros discursivos e os papéis de seus interlocutores, como também sobre os conteúdos a serem trabalhados nas diferentes disciplinas escolares e conhecimentos das práticas pedagógicas, como também da pedagogia visual inerente ao desenvolvimento do aluno surdo no cotidiano escolar. (ALBRES, 2015, p.46).

Verificando a legislação, observamos que a formação do intérprete à nível superior foi vedada no ato de aprovação da lei. Assim, apesar da autora ressaltar a importância dessa formação, atualmente, ela não é obrigatória para o exercício da profissão. Conforme observamos no quadro 1, apenas ILS 3 têm formação nesta área.

A pesquisadora afirma ainda que é necessário que o ILS, além do conhecimento sobre o funcionamento das línguas envolvidas no processo educativo e das estratégias de tradução, precisa dispor de conhecimentos das práticas pedagógicas, como também da Pedagogia Visual inerente ao desenvolvimento do aluno surdo no cotidiano escolar. Essa Pedagogia foi desenvolvida para a comunidade surda e é baseada em experiências, como comunicar-se apoiando em representações de objetos, de imagens com sentido de aparato visual.

No que se refere ao tempo de atuação dos participantes da pesquisa, podemos observar no quadro 1:

Quadro 1 – Tempo de atuação como intérprete educacional da Libras.

Sujeitos	Tempo de serviço na educação
ILS 1	06 anos
ILS 2	14 anos
ILS 3	22 anos
ILS 4	14 anos

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Analisando os dados do quadro percebemos uma diferença quantitativa no período de tempo de atuação no âmbito educacional, pois as informações mostram o número é de 1 profissional ILS que atua na área entre 1 – 10 anos, 2 que trabalham na área entre 11 – 20 anos e 1 que realiza a função há mais de 20 anos.

Em relação ao tempo de atuação na área apresentado pelos ILS pesquisados verificamos que os referidos realizam o trabalho há um período significativo, que os possibilita identificar as dificuldades inerentes à profissão e que serão abordadas neste trabalho.

Na segunda parte do questionário, escolhemos questões que buscavam compreender as percepções e as dificuldades apresentadas pelos ILS no exercício da profissão. Diante do que

foi discutido no capítulo 2 deste trabalho, podemos dizer que interpretação é um processo tradutório, pois passa de uma língua para a outra, sendo que com base nesse pressuposto a referida é realizada com sujeitos ouvintes e surdos. Por ser uma atividade prática, inferimos que o tempo de atuação pode interferir positivamente, considerando as experiências que o profissional estará exposto neste período.

A questão 4 dizia o seguinte: “Para você, o que significa a função interpretar?”. Essa questão foi selecionada por considerar que contribuiria para entender como o ILS educacional avalia a sua atuação.

Quadro 2 - Compreensões sobre o processo de interpretação

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Interpretar é contextualizar determinado conteúdo, seja ele qual for e transferi-lo do emissor para o receptor neste caso, existindo assim uma troca de comunicação.
ILS 2	Interpretar é um ato de muita responsabilidade.
ILS 3	Interpretar é fazer acontecer o direito legal do surdo quanto ao uso da Libras, mediando a comunicação entre as pessoas surdas e ouvintes, que compartilham línguas e culturas diferentes.
ILS 4	É dominar duas línguas e entender o determinado conteúdo que será interpretado para que possa ser transmitido com clareza. Comunicação

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Vemos assim que as respostas indicam que os ILS conceituam a interpretação utilizando-se de perspectivas diferentes. A primeira categoria inferida é a mediação linguística. Percebemos que os ILS 1, 3 e 4 abordam que interpretar está relacionado mediação da comunicação, apenas um dos referidos ainda acrescentam que é fazer-se cumprir o direito legal do surdo e, para isso, o intérprete, para realizar a interpretação necessita ter domínio das duas línguas. Com base na resposta apresentada pelo ILS 2, não foi possível perceber a compreensão que o mesmo faz sobre o ato de interpretar. Diante da resposta, percebemos que ele atribui a um ato de muita responsabilidade, contudo, não deixa claro quais são essas responsabilidades.

Na questão 5, que é uma questão dissertativa dividida em quatro partes, buscamos constatar a seguintes situações: a) “Sente ou já constatou dificuldades no ato da interpretação?”; b) “Quais?” c) “Em que circunstâncias?” d) “Quais estratégias você utilizou para contornar/solucionar a situação”? Optamos para realizá-las juntas para facilitar a produção da resposta e o encadeamento de ideias do participante.

Quadro 3- Dificuldades relatadas pelos intérpretes no momento de interpretação.

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Sim, quando se inicia um conteúdo e não temos conhecimento prévio do mesmo, ou quando o emissor não tem domínio didático do conteúdo e ficar a tetubiar com gargarejos etc.
ILS 2	Sim, principalmente em áreas que sou leiga. Exemplo: uma audiência existe muitos termos específicos da justiça.
ILS 3	Sim, em sala de aula no ato de interpretar/traduzir para o professor surdo no ensino da Libras para alunos ouvintes. Os alunos sempre relacionam Libras com o português. Neste caso orientamos o professor a explicar um pouco da cultura para os alunos compreenderem de forma mais clara a língua, a cultura e o sujeito surdo. E em seminário e palestras no quesito “variações linguísticas” para tentar sanar o problema das variações linguísticas em seminários, decidimos sempre explorar os classificadores ou datilologia para melhor compreensão do surdo.
ILS 4	Sim. Uma das dificuldades que já possui é da dicção do locutor, ou de não dominar um conteúdo e mesmo correndo atrás antecipadamente não ser disponibilizado. A estratégia que já usei em sala de aula foi pedir para o professor usar termos mais claros quando o conteúdo não é disponibilizado para mim.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Destacamos dois pontos a serem analisados: desconhecimento do assunto e dificuldade de compreensão da mensagem.

Diante das análises realizada a questão de nº 5, os ILS 1, 2 e 4 afirmaram que sentem dificuldade na interpretação dos conteúdos quando não têm conhecimento prévio sobre a temática, e também quando o emissor não apresenta com clareza as explicações das informações dos assuntos.

Sobre o mesmo questionamento, o ILS 4 ainda coloca que uma das dificuldades vivenciada é a dicção do locutor, ou seja, a forma de pronunciar as palavras que, quando não percebidas claramente pelo intérprete, pode dificultar a compreensão da mensagem em Língua Portuguesa e, conseqüentemente, a interpretação. Dentre essas áreas do conhecimento ILS 2 ressalta que possui dificuldades nos termos relacionados a jargões e também sente-se sem competência referencial. Diante desse fato o que posso questionar é que o profissional intérprete deve ter conhecimento nas diversas áreas, pois o mesmo precisa está preparado para auxiliar o aluno surdo em seus obstáculos.

O ILS 3 aborda que sente dificuldade em traduzir/interpretar para professor surdo no ensino da Libras para alunos ouvintes, mediante a esse ponto podemos entender que o referido impasse ao realizar a transferência de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes.

Quanto a sugestão para solucionar o problema, os ILS 1 e 2 não responderam. Como estratégias, os ILS 3 afirma recorrer ao uso de classificadores que são maneiras que, podem vir junto ao verbo para classificar o sujeito ou objeto que está conectado à ação do verbo, então os classificadores na Libras são marcadores de concordâncias de gênero e a datilologia. Esse mesmo colaborador explicita a importância do planejamento coletivo (entre o professor e o ILS) para que na turma a qual o aluno surdo está inserido, haja explicações sobre a Libras, a cultura surda e o próprio discente surdo.

Lacerda (2009 apud ALBRES, 2015, p. 86) afirmar que:

A interpretação educacional demanda uma atuação que antecede o espaço da sala de aula propriamente dito. A atuação do intérprete inicia anteriormente mesmo ao momento da aula, o intérprete precisa ser acolhido como membro da equipe pedagógica, tendo acesso ao programa curricular da classe em que interpreta e compartilha com o professor das estratégias pedagógicas que o professor adotará em suas aulas para desenvolver o ensino aprendizagem dos alunos.

Martins (2004, p. 37, apud ALBRES, 2015, p. 69) “o professor torna-se parceiro do intérprete, nesse processo, trazendo os conteúdos e mediando ao intérprete que, nesta trama, torna-se ‘mediador do mediador’”. Dessa maneira, observamos que o intérprete educacional com suas estratégias e em conjunto com o professor regente transformará seu trabalho de intérprete em uma prática importante de ensino-aprendizagem do aluno surdo.

A questão 6 trata do seguinte: “Qual o papel do profissional intérprete de Libras nas classes inclusivas do ensino superior para o processo de aprendizagem dos alunos surdos?”.

Quadro 4- Papel do profissional Intérprete

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Possibilitar a comunicação e a absorção dos conteúdos empregados em sala de aula, bem como a comunicação entre alunos ouvintes e alunos surdos e professores.
ILS 2	Tem o papel de igualar o aluno surdo ao ouvinte na hora de receber o conteúdo aplicado.
ILS 3	No ensino superior, intérprete tem papel de mediar e assegurar que a comunicação seja feita de forma satisfatória assumindo uma posição de mero transmissor.
ILS 4	Ser um facilitador de comunicação entre surdos e ouvintes e professor e o surdo interpretar o conteúdo.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Identificamos, diante das respostas, a ênfase no processo de comunicação: educando e educador. Sendo assim, três dos ILS que participaram da pesquisa destacam que o seu papel nas classes inclusivas do ensino superior é possibilitar a comunicação entre ouvintes e surdos

e, desses últimos, com o professor. Somente um deles respondeu que o ILS tem a função de igualar o aluno surdo ao ouvinte no momento de receber o conteúdo aplicado.

De acordo com Quadros (2004), e como já foi dito em capítulo anterior, o intérprete educacional é aquele que exerce como profissional intérprete de língua de sinais na educação. O intérprete especialista, para proceder na área da educação, deverá intermediar relações entre os professores e os alunos, também colegas ouvintes com surdos. Ser intérprete educacional vai além do ato interpretativo entre línguas. Desta forma, a afirmação está em consonância com os ILS 1, 3 e 4 ao concordarem que o papel do intérprete é mediar e facilitar a comunicação, entre os alunos surdos, ouvintes e professores.

Albres (2015) assevera que no contexto educacional, o intérprete além de intervir nas relações, intermedia à aprendizagem do aluno surdo. Dessa maneira, intérprete, aluno e professor estão implicados no processo de ensino-aprendizagem. Então podemos dizer que as opiniões das autoras em relação ao intérprete educacional se assemelham à medida que compreendem que intérprete está mediando a aprendizagem do aluno surdo.

Na questão 7, que também se trata de uma pergunta aberta buscamos identificar: “Quais limites da atuação do intérprete educacional da Libras na classe inclusiva do ensino superior?” na qual as respostas estão apresentadas no quadro 5 a seguir:

Quadro 5- Limites de atuação do intérprete educacional.

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Não podemos interferir na opinião do aluno entre outros que fazem parte de um código de ética, que mostra e indica a conduta do profissional intérprete.
ILS 2	Não respondeu
ILS 3	O intérprete deveria entrar em sala de aula quando o professor chegar ou quando o surdo precisar de interpretação no ambiente externo a mesmo. Deveria ter o revezamento evitando desgaste físico. Não pode querer substituir o professor em suas atribuições nem interferir nos conteúdos transmitidos em sala de aula, a não ser que seja para tentar buscar uma forma de adaptar o material didático visando a melhor compreensão do surdo.
ILS 4	Ainda é uma linha muito fina para ser compreendida tanto para o aluno surdo, como para alunos ouvintes e professor. O intérprete está ali para “interpretar” da forma mais clara o que o professor está falando e emprestar sua “voz” para que o aluno possa se posicionar em qualquer situação.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Em conformidade a essa questão, podemos dizer que os participantes 1, 3 e 4 afirmam que o processo de interpretação pressupõe que não haja interferência na mensagem comunicada pelo interlocutor.

O ILS 1 e 3 citam que precisam agir conforme o código de ética e mantendo-se neutros, ou seja, não fazer interferência na aula, devendo apenas fazer seu papel de ILS que é transmitir o conteúdo.

O ILS 2 não respondeu. Há uma concordância entre os ILS 1 e 4, onde os referidos destacam que os ILS devem realizar apenas a interpretação.

Quanto aos deveres desses profissionais, Código de Ética ILS ressalta, no Capítulo I, que este deve ter conhecimento da importância de seu trabalho e menciona alguns princípios.

2º. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o transcurso da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;

3º. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;

4º. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;

5º. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função. (QUADROS, 2004, p. 31)

O ILS 3 disse que o intérprete deveria entrar em classe apenas quando o professor regente chegasse ou quando o aluno surdo necessitasse de interpretação. Contudo, compreendendo a dinâmica em sala de aula percebemos que o ILS deve estar disponível para as interações do discente surdo com quaisquer membros da comunidade escolar e não, somente, entre alunos e professores. Além disso, o surdo tem o direito e a necessidade de interagir com os colegas durante os momentos nos quais não estão sendo realizadas atividades didáticas.

Ressaltamos que devido ao instrumento de coleta de dados selecionado para realização desta pesquisa não foi possível esclarecer a forma como o intérprete pressupõe de deva ser realizada a adaptação do material didático, ou seja, se esta adaptação se refere a linguística ou produção de material didático específico para o surdo. Tratando-se desta última, deveria ficar a cargo do professor. O mesmo ILS, na questão 5, destacou a necessidade de realização de seminários e palestras, mas não definiu quem deveria organizar e promover essas ações.

De acordo com Albres (2015, p.30), “[...] os intérpretes em salas de aula em escolas comuns para mediar às relações entre alunos surdos, professores e colegas ouvintes, deste modo, o referido pode ser solicitado para a interpretação na interação entre colegas, mesmo sem a presença do professor.”

O ILS 4 diz que o intérprete deve ser inserido na sala de aula para interpretar, da maneira mais clara, o que o professor está transmitindo, ou seja, emprestar sua voz para o aluno surdo e que está naquele ambiente para que, assim, possa assumir posição nas diversas situações.

Nesse sentido, Brasil (1997 apud Albres, 2015) ressalta que o intérprete deve somente interpretar e não explicar o conteúdo, e que ele deve ser funcionário da mesma instituição que o professor regente. Desse modo, a autora ainda enfatiza que os intérpretes devem desenvolver a cultura docente, considerando-se como um novo integrante a se adequar a esse grupo, tendo em vista que atuará diretamente com o alunado.

Questão 8, é uma questão aberta que busca saber sobre: “Quais são as dificuldades ou barreiras encontradas pelo intérprete educacional, que atua no nível superior, para a realização da sua função inerente ao cargo”? Diante das respostas descritas no instrumento de coleta de dados, compusemos o quadro 6:

Quadro 6- Dificuldades e barreiras encontradas pelo intérprete educacional.

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Não respondeu
ILS 2	Ainda são muitas, desde confusão de papéis, o professor achar que o aluno surdo é aluno do intérprete sendo assim o único responsável pelo seu êxito ou fracasso, até nos confundir como colega de classe do aluno. Exemplo: trabalho em grupo cada aluno com um colega e o surdo, dupla com o surdo.
ILS 3	A falta de compreensão do corpo docente, discente e da administração quanto a nossa profissão e atribuições referentes à mesma; falta de conhecimento técnico específico de cada disciplina.
ILS 4	A barreira é de não entenderem sua função. Acharem que somos responsáveis pela pessoa surda. Responsáveis pela “fala” do surdo.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

De acordo com as afirmações dos ILS, identificamos o ponto: consolidação e divulgação do papel do intérprete. Compreendemos que três ILS contestam que as pessoas ainda encontram dificuldade de compreender o papel do intérprete, pois, por se tratar de uma profissão pouco conhecida muitas pessoas confundem como um profissional cuidador que é responsável pelo aluno surdo. Esse fato se assemelha ao que foi inferido na pesquisa de Quadros (2004) e abordado no capítulo 3 desse trabalho quando discutimos a função do intérprete.

A questão 9, também se trata de uma pergunta dissertativa que diz o seguinte: “Você acredita que o aluno com surdez aprende o conteúdo de maneira mais fácil quando dispõe do

serviço de um intérprete educacional em sala? Por quê? Diante as respostas expostas no quadro 7 :

Quadro 7- Aprendizagem do aluno surdo.

Sujeitos	Respostas na íntegra
ILS 1	Não; sim, Não, porque o fato de ter um intérprete em sala de aula não significa que o mesmo irá sanar todos os problemas encontrados. Sim, porque se não haver uma comunicação entre as partes dificulta o aprendizado do mesmo, ou seja, o aluno, se o referido tem o conhecimento e foi alfabetizado na L1 (Língua materna para surdos a Libras).
ILS 2	Sem sombra de dúvidas. Seria o mesmo que perguntar se um estrangeiro que está no Brasil aprenderia melhor e se sentiria mais à vontade com aulas dadas em português, ou aulas dadas em português com um intérprete (conhecedor da sua língua de origem) traduzindo – as.
ILS 3	Sim, devido ter acesso a Libras e apoio do intérprete junto ao professor explicando sobre sua cultura e mostrando algumas formas que facilitam o seu aprendizado.
ILS 4	Aprende o conteúdo se há metodologia adequada para o aluno, o intérprete ali é uma consequência.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Diante do exposto, vemos o intérprete como mediador linguístico e não como solucionador de problemas. No entendimento das respostas da questão 9, o ILS 1 respondeu que não, porque, para ele, somente a presença de um ILS em sala de aula não irá solucionar todos os problemas existentes, levando-nos à compreensão que o ILS não solucionará os problemas pedagógicos. Em seguida, o colaborador destaca que o ILS pode mediar à comunicação fazendo com que diminua as dificuldades, facilitando o aprendizado do aluno surdo(principalmente se o mesmo tiver o conhecimento da língua de sinais).

Ao mesmo tempo em que os outros três ILS deixaram claro que uma das barreiras e dificuldades para a aprendizagem dos alunos surdos é a comunicação, 1 diz que é a metodologia o fator que tem maior participação na aprendizagem e o ILS menor participação.

Essas respostas estão em consonância ao que adverte Lacerda (2011) ao destacar que na ausência desses profissionais, a interação entre surdos e ouvintes fica muito prejudicada. Os surdos ficam limitados, à medida que só conseguem participar apenas parcialmente de várias atividades (pelo não acesso à língua oral), ficando desmotivados pela falta de acesso informações. A fala dos ILS está em consonância, pois todos dizem que a presença de intérprete é essencial para que aconteça a comunicação e a interação.

A questão 10, mais uma questão aberta, vêm tratar sobre: “Como o intérprete educacional pode contribuir para o processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos nas classes inclusivas”? O quadro 8 apresenta as respectivas respostas dos ILS.

Quadro 8- Contribuição no processo de socialização e de aprendizagem do aluno surdo.

Sujeito	Respostas na íntegra
ILS 1	Não respondeu.
ILS 2	Tentando diminuir as barreiras de comunicação entre os professores, colegas promovendo oficinas de Libras na sala que um aluno surdo está inserido. Auxiliando os professores em preparações de materiais para serem usadas nas aulas durante a apresentação do componente curricular.
ILS 3	O intérprete pode e deve entrar em contato com professores dos estudantes explicando a peculiaridade do “sujeito surdo” e apoiando o docente a adaptar o seu material de forma mais visual possível, além disto, é necessária uma socialização também com os colegas de sala e tópicos de identidade e de cultura surda para que este aluno não seja apenas inserido, mas sim incluído evitando emocionais que atrapalham o processo de aprendizagem.
ILS 4	Sendo uma pessoa que saiba se socializar também, acho que a partida começa daí.

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Mediante as análises feitas referentes à questão 10, retiramos a colaboração do ILS 1 tendo em vista que o mesmo não respondeu. O ILS 2 abordou sobre a socialização e o aprendizado, mencionado, em sua fala, a necessidade em promover oficinas de Libras em salas com surdos para favorecer a interação do aluno surdo, junto com os demais e assim, possa diminuir as barreiras de comunicação entre professores, colegas. Quando a desenvoltura da aprendizagem o ILS auxilia os professores a produzir materiais, segundo a Lei que regulamenta a função do ILS não está prevista a ação.

O ILS 3 disse que o intérprete pode entrar em contato com os professores dos alunos surdos, apoiando o docente a adaptar seu material de forma visual. Além disto, é preciso buscar estratégias que busquem a socialização do aluno surdo com demais colegas de sala, sempre discutindo sobre a cultura surda, para que este aluno não seja apenas inserido, mas incluído.

O ILS 4 falou que antes é preciso ser uma pessoa que saiba se socializar, esse é o primeiro passo para depois poder mediar as demais pessoas a esse processo.

Desta maneira, vemos que metade dos ILS abordaram a socialização e aprendizagem como maneira de colaborar com a inserção dos alunos surdos, o ILS 4 destacou apenas sobre socialização o ILS 1 não respondeu ao questionamento.

A frente do exposto pelos contribuintes da pesquisa identificamos que suas afirmações estão de acordo com o pensamento de Lacerda (2000 apud ALBRES, 2015) ao dizer que, na escola o intérprete é quem conhece as especificidades linguísticas da pessoa surda, quem sabe se comunicar com o aluno surdo, quem pode colaborativamente com o professor, criar condições favorecedoras de acesso aos conteúdos curriculares aos alunos surdos.

Nesse sentido, o intérprete educacional deve desenvolver suas atividades de acordo com as do professor regente ambos, devem buscar beneficiar o aluno surdo em sua aprendizagem e também na sua comunicação com as pessoas a sua volta, fazendo com que o mesmo seja incluindo e não apenas integrado, conforme abordou o ILS 2.

Para Magalhães (2013):

A função fundamental do intérprete de sua especialização ou de seu campo de trabalho é facilitar a comunicação entre pessoas surdas, pessoas com deficiência auditiva e outras. Intérpretes educacionais facilitam a comunicação entre estudantes surdos e outros, inclusive entre professores, provedores de serviços e colegas do ambiente educacional. (MAGALHÃES, 2013, p.76)

Perante ao que observamos uns dos pontos mais discutidos no decorrer deste trabalho foi à comunicação e o papel do intérprete da língua de sinais. Esses foram abordados como os fatores que desencadeiam as barreiras/dificuldades que apresentam-se como empecilho para que aconteça o processo que intermediação dos conteúdos.

Observamos que a função primordial ao ILS é a comunicação e os conteúdos devem ser transmitidos de maneira clara e objetiva para os alunos surdos, e esse trabalho deve ser realizado em parceria com os professores, para que os objetivos almejados sejam alcançados sem prejuízo, pois os alunos surdos não são de responsabilidade do IE, mas a aprendizagem dos alunos depende da colaboração e comprometimento de todos os envolvidos, no qual cada um deve exercer sua função de acordo com que lhe compete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção deste estudo foi realizar uma análise das opiniões dos ILS atuantes de IES, tendo como foco refletir sobre a mediação linguística realizada por este profissional nas classes inclusivas no Ensino Superior.

Desta forma, buscamos responder a seguinte questão: quais as dificuldades encontradas pelos intérpretes para realizar a função de mediar à comunicação entre surdos e ouvintes no nível superior?

Desse modo, elencamos como objetivo desta investigação compreender os fatores que se apresentam como barreiras para a atuação do intérprete educacional, que trabalha com a Língua Portuguesa e a Libras, no processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos nas classes inclusivas do Ensino Superior.

Na busca por responder a indagação que gerou este trabalho traçamos como objetivos específicos: delinear a formação do intérprete educacional da Libras que atuam nas instituições de ensino superior; analisar o papel do intérprete de Libras nas classes inclusivas do ensino superior para o processo de aprendizagem dos alunos surdos; identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais para realizarem as funções inerentes ao cargo.

A metodologia utilizada na pesquisa foi satisfatória para a realização do trabalho, pois colaborou com a determinação das análises de resultados que foram desenvolvidos nos estudos em todo contexto do trabalho.

Para tanto observamos que em ambas instituições, as barreiras enfrentadas pelos ILS são semelhantes, pois os referidos apresentam que falta uma parceria e planejamento entre professor e intérprete no que diz respeito ao repasse do conteúdo com antecedência. Evidenciam ainda que falta às pessoas terem compreensão do papel do ILS, que os professores devem buscar estratégias de ensino de conteúdos que favoreçam o entendimento dos ILS, para que assim possam interpretar com mais facilidade a mensagem para os estudantes surdos.

Com relação às convicções dos teóricos que respaldaram esta pesquisa, percebemos que ainda é necessário desenvolver um olhar mais preciso em relação ao trabalho deste profissional ILS, reconhecendo que existe uma distância entre o papel e a atuação do intérprete da sala de aula e iniciar uma discussão que vise encontrar estratégias de minimização desta dificuldade.

Os ILS concordam que lhes competem no âmbito de sua atuação é favorecer a comunicação e conseqüentemente promover a mediação dos conteúdos aplicados pelos professores, fazendo com que os alunos surdos sintam-se acolhidos em suas necessidades.

A análise deste estudo possibilitou constatar que os ILS precisam reconhecer seu papel e divulgar a sua atuação para os membros da comunidade escolar, bem como buscar formação continuada na sua área para desenvolver formas de superar os obstáculos identificados por eles. Dessa maneira, os ILS precisam discutir, na escola, o seu papel tendo como base o código de ética da profissão e a legislação que a ampara. Os ILS têm sim uma opinião, mas, nem sempre conseguem expressá-la de modo que fique claro que a sua ideia está de acordo com a legislação.

Esta discussão pode acontecer por vários anos, até que este profissional intérprete seja reconhecido, em seu espaço de atuação e em sua formação continuada, conhecendo assim a necessidade de ampliar o momento de discussão deste trabalho na universidade.

Contudo mediante ao que vivenciamos ao longo dessa pesquisa, serviu de base para abrir o pensamento para novos estudos relacionados à área, então refletimos que talvez seja um passo para não encerra aqui essa investigação, quem sabe futuramente dar continuidade a ampliação do estudo da temática, na rede pública, na especialização, buscando aumentar o número de participantes, com o propósito de enriquecer cada vez mais o reconhecimento do trabalho do ILS.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N.de A. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva.** São Paulo: Harmonia, 2015.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: 70^a ed., 1979.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 21 ago. 2017.

_____. **Lei nº 12.319**, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Lei nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>> Acesso em: 20 ago. 2017.

CLARK O. A. C.; CASTRO A. A. **A pesquisa.** Pesquisa Odontológica Brasileira. São Paulo, v.17, Suplemento 1, p. 67-69, maio. 2003.

COUTINHO, D. **Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças.** 3^a ed. João Pessoa: Ideia, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, M. F. S. **A atuação do intérprete em sala de aula.** Outubro. 2014. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/Modalidade_1datahora_13_10_2014_22_54_22_idinscrito_1644_00674e8c74cd352440f80fc2bbf90112.pdf>. Acesso em: 11 de jun. de 2018.

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades: uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr.1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/era/article/view/38183/36927>> Acesso em 21 de Ago. 2017.

LACERDA, C. B. F. **O Intérprete de Língua Brasileira de Sinais:** investigando aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Fevereiro.2008. Disponível em: <<http://www.ppgees.ufscar.br/LACERDA%202008%20Interprete%20de%20Libras.pdf>>. Acesso em: 20 de Ago. 2017.

_____. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Mediação, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol11_n2_2015/5DIFICULDADES%20DO%20INT%20C3%89RPRETE%20EM%20SALA%20DE%20AULA%20%20RESPONSABILIDADES%20E%20INFLU%20C3%8ANCIAS.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2018.

LEITE, E. M.C. **Os papéis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Arara Azul. 2005.

MARTINS, G. A; PINTO, R. L. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, R. T. **Tradução automática:** um conflito paradigmático. Disponível em: <http://www.nilc.icmc.usp.br/til2003/oral/RonaldoMartins_31.pdf>. Acesso em: 03 de Set. 2017.

OLIVEIRA, M.M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa.** Brasília-DF: MEC, 2004.

ROSA, A. S. **Entre a viabilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** Campina, SP: Arara Azul, 2005.

SILVA, K. C.; OLIVEIRA, A. A. A. O papel do intérprete de libras no processo de aprendizagem do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. **Revista eventos pedagógicos.**v.5, n.2 (11. ed.), p. 181 - 190, 2014. Disponível em: <sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/.../1101>. Acesso em: 10 jun. 2018.

VALENTINI, C.B. **Inclusão no Ensino Superior:** especificidades da prática docente com estudantes surdos. Caxias do Sul-RS: Educs, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) no estudo intitulado “**O intérprete educacional na educação do surdo**: reflexões sobre a mediação linguística em salas inclusivas no ensino superior” a ser realizado no *Campus* da UFCG, e o do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia da Paraíba - IFPB, coordenada pela Professora Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa (vinculada a Unidade Acadêmica de Letras – UAL), do Centro de Formação de Professores – CFP, da Universidade federal de Campina Grande - UFCG.

Ressaltamos que a sua participação é voluntária e que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade à você.

Este estudo tem por objetivo geral compreender os fatores que se apresentam como barreiras para a atuação do intérprete educacional que trabalha com a Libras e a Língua Portuguesa no processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos, nas classes inclusivas do Ensino Superior. E, por objetivos específicos, elencamos: delinear a formação do intérprete educacional da Libras que atuam nas Instituições de Ensino Superior; analisar o papel do intérprete de Libras nas classes inclusivas do Ensino Superior para o processo de aprendizagem dos alunos surdos; identificar as dificuldades encontradas por estes profissionais para realizarem as funções inerentes ao cargo.

O estudo se faz necessário para discutir as barreiras na formação e na prática que dificulta a comunicação entre surdos e ouvintes, à medida que apresenta a percepção dos profissionais sobre a temática.

Caso você aceite o convite, será submetido(a) ao(s) seguinte(s) **procedimentos**: Preenchimento de um questionário composto por perguntas dissertativas que versam sobre sua formação para atuar como intérprete, também sobre as dificuldades enfrentadas para realizar a mediação entre surdos e ouvintes.

Os **riscos** envolvidos com sua participação podem ser o de constrangimento ao nos fornecer alguma informação, contudo, reinteramos a manutenção do sigilo da sua identidade e, se você julgar necessário, as investigadoras estarão à sua disposição para prestar esclarecimentos sobre os pontos abordados no instrumental que lhe causarem dúvida ou desconforto.

Como **benefícios** da pesquisa destacamos que a referida surge com o objetivo de contribuir de modo formativo com o propósito de oferecer grandes possibilidades, e também de gerar conhecimentos à sociedade e à comunidade acadêmica sobre a atuação do ILS e a mediação da comunicação entre surdos e ouvintes, buscando dessa maneira informar e diminuir as dificuldades que afetam estes profissionais e os outros indivíduos envolvidos.

Para tanto, realizaremos uma reflexão crítica dos dados que serão interpretados, confrontando essas informações com a literatura.

Se você tiver algum **gasto** decorrente de sua participação na pesquisa, será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum **dano** que seja comprovado que foi decorrente desta pesquisa, você será indenizado, caso solicite.

Ressaltamos que as informações da pesquisa serão divulgadas de modo a garantir o anonimato dos participantes e esses dados serão guardados em local seguro, durante cinco anos, conforme dispõe o Conselho de Ética em Pesquisa - CEP.

Ao término da investigação, será encaminhado o resultado publicado para o *e-mail* informado por você em uma folha à parte do instrumento de coleta de dados para não comprometer o sigilo dos dados dispostos no questionário.

Este termo foi produzido em duas vias e você ficará com uma das cópias rubricada e assinada. Em caso de dúvida a respeito dos procedimentos ou qualquer informação referente a essa pesquisa, você poderá entrar em contato com a Prof^ª Esp. Adriana Moreira de Souza Corrêa, através dos seguintes canais de comunicação:

E-mail	adriana.korrea@gmail.com
Endereço	Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB
Telefone comercial	(83) 3532-2011
Telefone ou WhatsApp	(83) 99660-9933

Caso prefira, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, pelas formas de contato abaixo descritas.

E-mail	cep@cfp.ufcg.edu.br
Endereço	Rua Sérgio Moreira de Figueiredo s/n - Casas Populares - CEP 58900-000 - Cajazeiras – PB
Telefone comercial	(83) 3532-2075

Li e declaro que concordo Participar da pesquisa.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador

Cajazeiras/PB, de ____ de ____

ANEXO

ANEXO A - TERMO DE APROVAÇÃO DO PROJETO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA.

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O INTÉRPRETE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO: REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM SALAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR

Pesquisador: Adriana Moreira de Souza Corêa

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87646718.5.0000.5575

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.606.476

Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta pretende estudar a atuação do intérprete educacional no ensino dos surdos, em duas Instituições do Ensino Superior do município de Cajazeiras – Paraíba: a Universidade Federal de Campina Grande, e o Instituto Federal da Paraíba. A população do estudo será constituída pelos profissionais que estiverem atuando na função de intérprete da Libras na UFCG e no IFPB nos campus situados na cidade de Cajazeiras no período da coleta de dados. A pesquisa tem caráter quali-quantitativo, onde será aplicado um seminário semiestruturado aos participantes à respeito do tema em questão.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender os fatores que se apresentam como barreiras para a atuação do intérprete educacional que trabalha com a Libras e a Língua Portuguesa no processo de socialização e de aprendizado de alunos surdos, nas classes inclusivas do Ensino Superior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Como consta no projeto, os riscos envolvidos serão mínimos, a exemplo do risco de constrangimento, o que será minimizado por meio da manutenção do sigilo da identidade do participante e os esclarecimentos sobre os pontos que causarem dúvida ou desconforto. Como benefícios da pesquisa destacamos a contribuição de modo formativo com o propósito de oferecer grande possibilidades, e também de gerar conhecimentos para sociedade ou a comunidade

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cep@cfp.ufcg.edu.br

UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE



Continuação do Parecer: 2.608.476

acadêmica. Neste sentido, avalio que os riscos da pesquisa são mínimos e que não acarretarão danos significativos, morais e éticos, aos participantes envolvidos. Além disto, os benefícios esperados justificam os riscos e contribuirão de forma significativa nos estudos acerca do tema da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema da pesquisa é atual e pertinente, se mostrando de grande relevância. O cronograma do projeto proposto está coerente, visto que respeitou a condição de sua aprovação no CEP / UFCG.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os documentos apresentados pelo proponente cumpriram as exigências do Conselho Nacional de Saúde (CNS), de acordo com as resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos. Foram apresentados o projeto na íntegra, as informações básicas do projeto, a folha de rosto, o orçamento, o cronograma, o termo de anuência das instituições envolvidas, o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), o termo de compromisso do docente e da discente envolvidos e o termo de divulgação de resultados.

Recomendações:

Não há recomendações

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Informo que nosso parecer é favorável à APROVAÇÃO do projeto proposto: O INTÉRPRETE EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO SURDO: REFLEXÕES SOBRE A MEDIAÇÃO LINGUÍSTICA EM SALAS INCLUSIVAS NO ENSINO SUPERIOR.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1108910.pdf	13/04/2018 12:53:23		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_IFPB.pdf	13/04/2018 12:49:15	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Folha de Rosto	Pagina_de_rosto.pdf	12/04/2018 13:11:56	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
TCLE / Termos de	TCLE.pdf	06/04/2018	Adriana Moreira de	Aceito

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n

Bairro: Casas Populares

CEP: 58.900-000

UF: PB

Município: CAJAZEIRAS

Telefone: (83)3532-2075

E-mail: cep@cfp.ufcg.edu.br

**UFCG - CENTRO DE
FORMAÇÃO DE
PROFESSORES - CAMPUS DE**



Continuação do Parecer: 2.608.476

Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	14:53:48	Souza Corrêa	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.pdf	06/04/2018 14:53:19	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSODEDIVULGACAODOSRESULTADOS.pdf	06/04/2018 14:52:53	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Orçamento	ORCAMENTOFINANCEIRO.pdf	06/04/2018 14:51:49	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMODECOMPROMISSODOPEQUI SADOR.pdf	06/04/2018 14:51:36	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_anuencia_Francineide.pdf	06/04/2018 14:51:07	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_NOVO.pdf	06/04/2018 14:49:13	Adriana Moreira de Souza Corrêa	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAJAZEIRAS, 18 de Abril de 2018

**Assinado por:
Paulo Roberto de Medeiros
(Coordenador)**

Endereço: Rua Sérgio Moreira de Figueiredo, s/n
Bairro: Casas Populares **CEP:** 58.900-000
UF: PB **Município:** CAJAZEIRAS
Telefone: (83)3532-2075 **E-mail:** cep@cfp.ufcg.edu.br